

TRAJETÓRIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA ESQUERDA URUGUAIA: 1964-2004*

*José Pedro Cabrera Cabral*¹

O presente estudo tem por objetivo geral a análise da trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia no período de 1964 a 2004. Com ele se pretendeu interpretar o desenvolvimento das organizações políticas que compõem a esquerda naquele país, desde a perspectiva de suas concepções ideológicas e de suas estruturas programáticas, em vista da atual e complexa evolução destas, que, a partir de uma série de processos nos últimos quarenta anos, levou a esquerda uruguaia ao governo nacional, em 2005.

Partiu-se dos pressupostos de que a caracterização dos diversos períodos, a partir das propostas programáticas das organizações que integram a esquerda uruguaia, possibilitou a realização de uma análise dos contextos históricos que marcaram os processos de mudança da esquerda no país. Desta forma, chegou-se a uma categorização que demarcou três períodos diferenciados: 1) o período *sesentista*, ou da esquerda tradicional (1964 a 1984); 2) o período da esquerda em transição (1984-1994); e 3) o período da esquerda progressista (1994-2004).

As diversas correntes do pensamento político-ideológico mudaram, nos períodos anteriormente identificados, em relação às suas estruturas internas organizacionais e às suas políticas de aliança com outras organizações, fundamentalmente as da esquerda nucleadas na Frente Ampla. Assim, o crescimento eleitoral da Frente Ampla foi possibilitado a partir de um processo de “virada ao centro” no

* Trajetória político-ideológica da esquerda uruguaia:1964-2004. São Leopoldo, 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale dos Sinos. Orientação: Dr. Werner Altmann. Resumo recebido em 06/10/2006. Aprovado em 12/03/2007

¹ Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc (SC). Doutor em História pela Unisinos (RS).

espectro político nacional, em virtude de uma “atualização ideológica” que teve seu início no período progressista, em 1996.

As mudanças acontecidas no seio da Frente Ampla refletiram a presença de um processo de “absorção” dos novos paradigmas globalizadores surgidos no início da década de 1980. Desta forma, partiu-se do pressuposto de que os paradigmas da esquerda tradicional confrontaram-se, na sua essência e na sua forma, com os paradigmas da nova esquerda autodenominada progressista, modificando, assim, todo o discurso político-ideológico e a sua proposta programática a partir de um giro à direita, como elemento diferenciador e irreconciliável com a esquerda tradicional.

Esses pressupostos que nortearam as temáticas da pesquisa trouxeram, de forma permanente, algumas perguntas essenciais: por um lado, como se efetivou o processo de transição de uma esquerda tradicional para a esquerda progressista? Por outro lado, quais foram as mudanças e suas significações no campo político-ideológico dentro das organizações da esquerda uruguaia? Conjuntamente com estas duas perguntas, abriu-se uma ampla gama de temáticas delas desdobradas, que perfazem a essência do estudo.

Como a esquerda tradicional, que essencialmente caracterizou-se por uma crítica radical e por um significativo desprezo às instituições democrático-liberais, chegou a se constituir na primeira força político-eleitoral uruguaia e conquistar o governo nacional em 2004, justamente a partir da defesa das instituições democrático-liberais? Por outro lado, como se posicionou a esquerda em relação aos novos paradigmas apresentados pelo neoliberalismo e pela globalização?

Para a realização do estudo, optou-se por selecionar as fontes documentais inerentes às organizações políticas que compõem a esquerda uruguaia. Desta forma, foram priorizadas as declarações programáticas e estatutárias, as resoluções de congressos e as manifestações oficiais das organizações, tanto as realizadas pelos correspondentes comitês centrais como as realizadas pelos seus dirigentes. Também foram analisadas as manifestações dos diversos dirigentes na imprensa especializada, para o que se tomaram

declarações, artigos e entrevistas realizados em semanários que veicularam as propostas e discussões em questão.

A estruturação do estudo é de quatro capítulos, como explanado a seguir.

No primeiro capítulo são abordadas as principais características do contexto político, social e econômico do período *sesentista*. Parte-se da formação do sistema político baseado no bipartidarismo, que, até o surgimento da Frente Ampla, em 1971, dominou o cenário político nacional. Segue-se a trajetória do movimento operário, estudantil e de setores da sociedade organizada no âmbito da esquerda nacional – desde a Igreja Católica até os grupos de ação direta – que protagonizaram os acontecimentos políticos vivenciados pelo país até a ditadura civil-militar, em 1973.

Neste contexto, prioriza-se a análise da evolução da esquerda uruguaia e do surgimento do Movimento de Libertação Nacional – MLN, que emerge quebrando o ritmo “democrático” da sociedade uruguaia da década de 1960. Analisa-se ainda o significado do MLN como movimento armado e sua composição ideológica, bem como os debates travados no seio das organizações populares – fundamentalmente o protagonizado pela Federação Anarquista do Uruguai – FAU – sobre a Teoria do Foco e sua versão uruguaia, desenvolvida pelos *Tupamaros*. Ao mesmo tempo se reflete sobre como a esquerda eleitoral procurava concretizar sua tão desejada unificação em uma força de coalizão: a Frente Ampla. As discussões sobre o “método” para se chegar ao socialismo foram o tema prioritário neste período *sesentista*.

O segundo capítulo objetivou analisar a trajetória de diferentes setores da esquerda, os quais, a partir do golpe civil-militar de 1973, a ele resistiram, elaborando práticas e discursos dentro dos pressupostos da esquerda *sesentista* ou da esquerda clássica. Este enfrentamento, que teve seus antecedentes durante a democracia “autoritária” de Jorge Pacheco Areco, em 1968, e se aprofundou durante os cinco anos subseqüentes, demonstrou o grau de combatividade do movimento popular uruguaio e uma concepção particular do Estado democrático.

O processo de “recuperação democrática”, que teve seu início em 1980, propiciou o surgimento de dois elementos de singular importância: por um lado, um lento caminho para a recuperação do Estado de Direito, com uma saída tutelada pelos militares, em um contexto de negociações, ou, como se chamou na época, *concertación*; e por outro lado, nesse processo de *concertación*, o início de uma *transição* da esquerda, que teve como pano de fundo o desmantelamento do socialismo “real”, o triunfo da social-democracia na Europa, a implementação do modelo neoliberal e os efeitos concretos da globalização.

No início da década de 1990, com a democracia “restaurada” (fora da tutela militar), os debates dentro da esquerda *frentista* e *não-frentista* tomaram um caráter derrotista, em virtude das mudanças no campo socialista e da falta de respostas da maioria das organizações de esquerda ao novo cenário. No ímpeto da globalização, definiu-se um cenário no qual “novos atores” surgiram, com novas propostas e velhas discussões, entre elas a *transição* que a esquerda devia realizar para adequar-se aos novos tempos. As implicações foram a defesa da democracia liberal, como condição *sine qua non* para as mudanças sociais que a sociedade uruguaia necessitava, e o abandono gradativo do pensamento *sesentista* e das bandeiras tradicionais da esquerda.

O papel do Movimento de Libertação Nacional (*Tupamaros*), a partir de 1985, e também o da Federação Anarquista Uruguaia – FAU (de forma totalmente diferente), foram elementos que caracterizaram as mudanças da esquerda *radical* uruguaia: o primeiro ingressando na Frente Ampla e iniciando um processo de inserção no meio político “formal”; e o segundo mantendo suas antigas concepções e colocando-se uma vez mais à margem da política eleitoral. O primeiro formou-se a partir de duas grandes linhas internas: a primeira desenvolvia um trabalho político voltado à luta pela formação de uma grande frente nacional, procurando a defesa das reivindicações da população uruguaia, e a segunda procurou criar um novo espaço de participação eleitoral dentro da coalizão. Enquanto isso, a FAU optou por intensificar um trabalho de ações concretas de solidariedade nos bairros, no meio sindical, divulgando sua concepção de socialismo.

O terceiro capítulo tem por objetivo a análise do processo de globalização, do discurso dele oriundo (globalizador) e do neoliberalismo no Uruguai. Estes temas ou aspectos são analisados enquanto detentores de um novo paradigma, ao qual a esquerda uruguaia se incorporou e a partir dos quais se “adaptou” às contingências apresentadas pelo novo “cenário”. A falta de resistência ao modelo globalizador ocasionou uma grande virada na esquerda nacional a partir do surgimento do *progressismo* (1994-2004), que levou a completar um processo de “atualização ideológica” dentro da esquerda eleitoral no país.

Este discurso globalizador incorporou novos conceitos na vida cotidiana e política da sociedade e nas suas instituições, que iniciaram um processo de consolidação a partir da queda do socialismo “real”, fundamentando-se na inviabilidade do socialismo para justificar a “única” alternativa possível: a democracia liberal. Conjuntamente com esta, as novas problemáticas e os novos paradigmas assumiram um caráter totalizador, no qual o processo de globalização e seus “pertinentes” conceitos viabilizariam a reorganização da sociedade sobre um modelo social, político e econômico de cunho neoliberal.

Analisou-se também o surgimento da esquerda progressista e, nela, o aumento substancial do potencial eleitoral que levou ao governo nacional, pela primeira vez na história do país, uma coalizão de esquerda, em 2004. Foram passadas em revista as diversas contingências que permitiram a essa esquerda “atualizada” ideologicamente implementar um novo discurso e uma nova plataforma programática, a qual tem como característica primária o abandono do projeto socialista e, conjuntamente com ele, de todas as reivindicações que historicamente a esquerda representou.

Paralelamente, observou-se o papel desempenhado pelas chamadas esquerdas radicais (dentro da esquerda eleitoral), que, lentamente, iniciaram um processo de adequação à nova ordem política do país e reelaboraram seus discursos em prol de uma proposta eleitoral. Estas forças concentraram-se em volta do Movimento de Participação Popular – MPP, que teve no MLN – *Tupamaros* seu principal organizador político. Esta esquerda radical,

historicamente minoritária, transformou-se na primeira força política dentro da esquerda eleitoral, a partir de 2004, e contribuiu substancialmente para o triunfo da coalizão nas eleições nacionais.

Ao final, desenvolveram-se as conclusões do trabalho, a partir das propostas de investigação. Muitas perguntas ficaram em aberto. Obviamente, a história recente nos impõe limitações para analisarmos um determinado processo político-ideológico, mas, por outro lado, traz à superfície do debate político algumas reflexões indispensáveis para o entendimento dos caminhos e dilemas da esquerda contemporânea.